

LEI N. 3353 DE 13 DE MAIO DE 1888

Art. 1. — É declarada extinta desde a data d'esta lei a escravidão

Brazil.

Art. 2. — Revogam-se as disposições em contrario.

ARTIGO

**O PERÍODO DE
TRANSIÇÃO DA MÃO DE
OBRA ESCRAVA PARA
O TRABALHO LIVRE NO
ESPÍRITO SANTO**

Flavia Salles Nunes Pereira

Mestre em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo – PPGADM/UFES.

João Gualberto Moreira Vasconcellos

Secretário de Estado da Cultura do Espírito Santo (SECULT - ES), Professor Emérito da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Professor Pesquisador Associado da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Pós-Doutor em Gestão Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Doutor em Sociologia pela École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (Paris, França), Mestre em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio).

BRAZIL LIVRE!

Resumo

Buscou-se no artigo aprofundar o estudo sobre o período de transição da mão de obra escrava pela livre e como se deu o processo de formação de uma cultura do trabalho específica, associada aos imigrantes italianos e seus descendentes. Constatou-se que a imigração estrangeira para o Brasil e especificamente para o Espírito Santo, estava apoiada simbolicamente na possibilidade de ascensão do trabalhador à condição de proprietário da terra. Pois, o sistema de escravismo causou um descompasso entre a reprodução da força de trabalho e a expansão do sistema econômico que conduziu ao estrangulamento da economia colonial exigindo a criação de um mercado de trabalho que atendesse aos interesses capitalistas em desenvolvimento. O imigrante foi assim, o agente humano da realização da ideologia da transformação do trabalhador em proprietário.

Palavras-chave: Espírito Santo; Café; Imigração; Cultura do trabalho.

Abstract

The article sought to deepen the study on the period of transition of the slave labor force by the free and how the process of formation of a specific work culture, associated with the Italian immigrants and their descendants. It was found that foreign immigration to Brazil and specifically to the Holy Spirit was symbolically supported by the possibility of the worker's ascension to the status of landowner. For the system of slavery caused a mismatch between the reproduction of the labor force and the expansion of the economic system that led to the strangulation of the colonial economy, requiring the creation of a labor market that would meet the developing capitalist interests. The immigrant was thus the human agent of the realization of the ideology of the transformation of the worker into the owner.

Keywords: Espírito Santo; Coffee; Immigration; Work culture.

Introdução

O objetivo do artigo é situar o leitor no momento histórico e econômico que antecedeu o processo das grandes levas de imigrantes europeus para o território brasileiro durante o século XIX e parte do século XX, no qual mais de 40 milhões de indivíduos atravessaram o Atlântico refugiados do sistema capitalista que se impôs no Ocidente, fazendo com que houvesse um excesso de mão de obra disponível na Europa.

O desenvolvimento da economia brasileira se deu no contexto do sistema mercantilista, que

acreditava ser o acúmulo de capital (representado pelas pedras preciosas) e na prática do comércio exterior (para escoar os excedentes da produção) os fatores de prosperidade de um Estado ou nação. O Brasil na condição de colônia exploratória de Portugal fundou sobre essas bases a economia nacional, caracterizando-se como locus de monocultura geradora de produtos primários destinados à Metrópole, por meio do emprego do trabalho escravo e do latifúndio.

Com o comprometimento da produção para

o mercado externo, o mercado interno e o mercado de trabalho nacional tiveram dificuldades de se desenvolverem. Campos Júnior (1996, p. 40) explica que ao contrário do que ocorreu com o fenômeno da urbanização europeia, em que próximo às regiões produtoras se formavam inúmeras vilas e povoados fortemente ligados por vínculos econômicos, no Brasil produziu-se uma polarização extrema. As monoculturas não geraram uma rede urbana de grande magnitude no entorno das regiões produtoras, mas, por outro lado, criaram grandes cidades, que polarizavam regiões imensas.

Campos Júnior (1996, p. 40 a 43) também informa que em função da economia brasileira ser baseada em monoculturas que atendessem aos interesses comerciais portugueses, desenvolveu-se no país ciclos econômicos de mercadorias que eram mais consumidas na Europa como o açúcar, a borracha e o café. E como cada um desses produtos desenvolvia-se melhor em certas regiões do território nacional (seja pelas condições climáticas, seja pelo maior acúmulo de recursos) teve-se o ciclo do açúcar no Nordeste, da borracha na Amazônia, e do café no Rio de Janeiro e em São Paulo. Na ausência de uma malha de comunicação que interligasse os grandes centros produtores, as cidades pólos não se relacionavam comercialmente entre si e sim diretamente com o exterior, observando-se então no decorrer desse processo o crescimento econômico e urbano apenas de algumas cidades brasileiras.

O sistema produtivo baseado essencialmente na agricultura, somado ao trabalho escravo e ao caráter agroexportador da economia, assim como a ausência de uma malha que ligasse as cidades, impediram o desenvolvimento de um mer-

cado interno e da força de trabalho livre. Campos Júnior ressalta ainda que o fato do trabalho ficar restrito à agricultura não proporcionou um grau de diversificação das atividades do trabalhador nacional, ao contrário do camponês europeu que além de agricultor era também artesão.

Na obra de Martins (1973, p. 47 a 49) analisando-se o momento econômico que acontecia em paralelo na Europa verifica-se que a Inglaterra após ter acumulado capital com a exploração do trabalho escravo em suas colônias nas Índias Ocidentais e com o comércio escravista, encontrava-se em condições favoráveis para financiar o processo da Revolução Industrial. Porém, uma vez estabelecido um novo padrão econômico, os interesses ingleses passaram a se opor ao monopólio das suas colônias no fornecimento de gêneros tropicais à metrópole, pois a exclusividade no fornecimento representava preços altos para os consumidores ingleses, que passavam então a realizar pressões para o aumento dos salários industriais. Dessa forma, a luta contra o monopólio traduziu-se, no plano imediato, numa luta contra o escravismo, e uma vez que a abolição da escravatura ocorreu na Inglaterra em 1833, os mesmos interesses antiescravistas passaram a pressionar as demais nações que ainda fundamentavam suas riquezas no trabalho escravo, como era o caso do Brasil, colônia de exploração de Portugal.

Por ocasião da invasão de Napoleão Bonaparte a Portugal e da consequente fuga da família Real em 1808 para o Brasil, D. João VI firmou alguns acordos com a Inglaterra em troca da escolta na travessia do Atlântico para protegê-los de possíveis ataques das escoltas francesas. Gomes (2007, p. 117) diz que a liberação do comércio internacional da colônia foi o preço que

D. João pagou pela proteção contra Napoleão, devidamente negociada em outubro de 1807, em Londres, pelo embaixador português D. Domingos de Sousa Coutinho. O acordo previa ainda a autorização para a instalação de uma base naval britânica na Ilha de Madeira. O autor também informa que no dia 28 de janeiro de 1808, há apenas uma semana que estava aportado em Salvador, D. João foi até o Senado da Câmara assinar o ato que ganhou mais destaque em terras brasileiras, autorizando a abertura dos portos ao comércio de todas as nações amigas, permitindo assim a importação de todos e quaisquer gêneros de mercadorias transportadas em navios estrangeiros das potências que se conservavam em paz e harmonia com a Coroa portuguesa.

Assim, constata-se que diante de tantos fatores acontecendo simultaneamente, o trabalho escravo no Brasil tornou-se mais um problema do que fator positivo, e achar uma solução para a criação de uma nova força de trabalho livre e barata, uma medida necessária e urgente para atender os interesses dos grandes proprietários de terras que tinham na exploração da mão de obra um dos principais motivos para os altos lucros da sua produção. E essa solução apontou para o imigrante europeu e em sequência nas decisões do Parlamento, foram acrescentadas as características de ser também católico e italiano (SALLES, 2011, p. 51 e 52).

A base sócio-econômica do Espírito Santo no período que antecedeu ao processo imigratório

Nas leituras de Franco (1998, p. 28) e de Costa et al (1999, p. 10) encontram-se informações que permitem apresentar ao leitor aspectos físicos e geográficos do Espírito Santo: localizado na região sudeste do Brasil, o Estado possui um território de 45.597 km², com uma extensão litorânea de 401 km ao longo do Atlântico e com uma largura média de 130 km. A costa apresenta pequenas reentrâncias, praias, baías e portos, já o planalto interior é formado por serras cortadas por vales e onde correm às vezes rios e córregos. Limita-se ao sul com o Rio de Janeiro, ao norte com a Bahia e ao oeste com Minas Gerais. A zona montanhosa no centro-sul do Estado possui altitudes que variam de 700 a 800m, tendo de modo geral uma temperatura mais amena que o resto do território, sendo esse um dos fatores determinantes da predominância da escolha da área para a colonização europeia, recebendo assim, a maioria dos imigrantes europeus que chegaram ao solo espírito-santense.

Derenzi (1974, p. 27) destaca que para a compreensão da relevância que a imigração teve no contexto socioeconômico do Espírito Santo, é imprescindível entender primeiro os aspectos da formação de sua história política, pois até meados do séc. XVIII a Província não havia passado ainda da condição de mera divisão administrativa, não se sobressaía na balança econômica nacional e não tinha uma quantidade de habitantes suficientes para eleger um líder que participasse na trama administrativa do Império.

A agricultura de subsistência e a pesca pre-

dominavam na sociedade capixaba, fornecendo aos poucos habitantes tanto o necessário para a sobrevivência, quanto para realizarem trocas por outras mercadorias de fora. E para demonstrar como o nível de vida da população era geralmente muito baixo, (GROSSELLI, 2008, p. 117) cita em sua obra um trecho de 1824, pesquisado no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e escrito pelo Presidente do executivo, D. Monteiro Peixoto: “a Província é a mais miserável do Império; não possui nem agricultura e nem comércio: seus habitantes são paupérrimos”.

O Espírito Santo desde o início de sua colonização em 1535 caracterizou-se como uma capitania pobre. Os historiadores em geral afirmam que o donatário Vasco Fernandes Coutinho tinha poucos recursos financeiros e que a população nativa (índios Botocudos e Aimorés) era uma das mais bravias do Brasil colônia na defesa pela posse de suas terras, o que deu muito trabalho à ocupação territorial.

Superado esse momento inicial, Oliveira (2008, p. 185) diz que é também característico da formação histórica do Estado, o fato de que por muitos anos, os administradores portugueses e seus delegados no Brasil estiveram convictos de que os possíveis ataques estrangeiros às jazidas de Minas Gerais teriam o Espírito Santo como principal ponto de desembarque e início da marcha, e assim impediram por mais de um século a abertura de portos na região. A também proibição da abertura de estradas que ligassem a capitania à sua vizinha do oeste, somada a atenção dedicada às fortificações locais, demonstram o tipo de pensamento da Coroa portuguesa em relação ao Espírito Santo.

Compreende-se então, que em momento

muito propício à expansão territorial e econômica, a capitania do Espírito Santo teve de limitar sua ocupação nas faixas litorâneas, servindo-se praticamente apenas de barreira protetora das zonas mineradoras em Minas Gerais, o que trouxe fortes consequências ao futuro capixaba. Assim, enquanto São Paulo beneficiava-se comercialmente fornecendo produtos alimentícios e tropas de muare para Minas, e o Rio de Janeiro progredia com o escoamento do ouro por seus portos, o Espírito Santo permanecia no marasmo e estagnado, servindo apenas como frente de defesa às invasões estrangeiras que quisessem chegar até Minas Gerais, não se favorecendo da proximidade natural com o emergente mercado mineiro.

No entanto, Bittencourt (1987, p. 20 e 21) acredita que este não foi o principal obstáculo imposto à colonização portuguesa no Estado e ao seu desenvolvimento econômico, e sim, o fato de que a forte produção no nordeste açucareiro que atraía a grande parcela do capital disponível para investimentos e demais fatores de produção. O autor explica que embora o açúcar também fosse o principal produto da economia local, os números da produção não eram expressivos, pois limitada à ocupação litorânea, a colonização não conseguia desenvolver sua agricultura nem atrair contingentes maiores de população para desenvolvimento da atividade. Além disso, a ausência dos donatários que legaram a administração da capitania a capitães-mores contribuiu sensivelmente para a falta de uma orientação econômica de liderança que buscasse a integração da região à economia tropical de exportação.

Rocha (1998, p. 36) informa que somente em 1621, com o início do tráfico negreiro nota-

se o crescimento da população e incremento da agricultura, embora de forma muito lenta. No século seguinte, também não se verifica expressivo crescimento da colônia, uma vez que a Vila de Vitória em 1730 ainda era a maior da Província com apenas 5.000 habitantes e os produtos cultivados eram os mesmos do século anterior, destacando-se o açúcar como principal produto de exportação. Em 1780, a população ainda era pequena, com apenas 15.600 habitantes, porém o crescimento passou a ser mais acentuado e em 1788/89 já se registrava uma população de 22.493 habitantes.

Oliveira (2008, p. 77 a 89) conta que a capitania vivenciou momentos de prosperidade com a formação de fazendas pelos jesuítas nos primeiros séculos da colonização, mas com a expulsão dos membros da Companhia de Jesus, em 1759, voltou a vivenciar períodos de crise.

Bittencourt (1987, p. 23 e 24) diz que nesse período além da Vila de Vitória, que era a capital, outras importantes povoações somavam-se na Província: Itapemirim, Benevente (Anchieta), Vila Velha, Guarapari e Almeida. As vilas comunicavam-se por meio de precária navegação de cabotagem pelos rios e litoral ou por velhas trilhas indígenas que só permitiam o transporte a pé ou em lombo de animais. O relativo isolamento entre as vilas era também facilitado pela quase autossuficiência das propriedades agrícolas que produziam quase tudo que era necessário para a vida rústica que levavam.

Em Campos Júnior (1996, p. 68 e 69) encontra-se a informação de que o processo de ocupação territorial predominantemente litorâneo só apresentou mudanças a partir do crescimento da cultura do café na segunda metade do século XIX,

em função da expansão das fronteiras agrícolas mineiras e fluminenses para o interior sul do Estado, já que a terra na província tinha um preço muito baixo, pois grande parte era devoluta e a ocupação se realizara até então, só no litoral.

Segundo Rocha (1998, p. 39 e 40), por volta de 1850, o café cuja produção regional já era equivalente a um pouco mais de 50% da produção açucareira, havia sido introduzido em praticamente todas as regiões do Estado, inclusive São Mateus, ao Norte. Vitória era a comarca que produzia a maior quantidade: 32% do total. Os outros produtos embora fossem cultivados em todas as regiões, tinham a produção mais concentrada em regiões específicas, sendo: a farinha de mandioca, em São Mateus (88%), e o açúcar em Itapemirim (53%). A partir desta década, a lavoura cafeeira experimentou vigorosa expansão e tornou-se a principal cultura agrícola regional, condição que mantém até hoje.

Franco (1998, p. 30 e 31) informa que de acordo com o recenseamento de 1856, o Espírito Santo possuía 49.092 habitantes, sendo 36.823 livres e 12.269 escravos, e que essa população estava mal distribuída pela Província, havia várias extensões de terras, principalmente nas regiões montanhosas, desabitadas. As lavouras que se expandiam careciam da oferta de mão de obra para o trabalho, sendo importante lembrar que nesse período já havia leis restritivas à escravidão, como a proibição do tráfico de escravos negros.

A solução encontrada foi a organização de colônias de povoamento e o incentivo à imigração europeia, seguindo a linha de política pública nacional decidida no Parlamento do Império e explicada com mais detalhes na pesquisa de dissertação de mestrado de Salles (2011). Franco

(1998, p. 30 e 31) também cita que a análise das áreas disponíveis na Província privilegiou a região de montanhas, tanto porque o interior ainda não era povoado, como também por causa da sua característica climática, que oferecia melhores condições de aclimatização para o colono europeu.

O autor continua sua narrativa, informando que pouco tempo depois, ocorreu também a colonização da região central por imigrantes europeus. Data desse período a formação das colônias de Santo Agostinho (atual Viana), fundada em 1813 por trinta casais de açorianos; Santa Isabel (1847), abrigando 163 alemães; e Santa Leopoldina (1857), reunindo 140 suíços. Foram fundadas também duas colônias particulares: uma em Rio Novo (1854) criada pelo major Caetano Dias, traficante de negros e que foi em 1861 transferida para o governo por falta de recursos financeiros do seu proprietário; e Fransilvânia, fundada em 1858 pelo Dr. França Leite.

Em artigo elaborado pelo professor Estilaque Ferreira dos Santos (SANTOS, 2005, p. 56), que trata da conexão entre vias de comunicação, povoamento e colonização no Espírito Santo, encontra-se a informação que foi o presidente da Província, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, quem deu início efetivo à colonização estrangeira em 1847, com a fundação da colônia de Santa Izabel atual município de Domingos Martins, mas que logo de início já se manifestava frustrado por ter constatado que havia uma grande distância entre o que se dizia das potencialidades locais, principalmente em virtude da localização privilegiada, e a real situação de atraso e insucesso que encontrou. Passando a estudar as causas para tal situação, Ferraz, que posteriormente assumiu o posto

de Ministro do Império, concluiu que a maior problemática era a falta de trabalhadores livres para se dedicarem à lavoura, que pudessem tornar produtivas as longas extensões de terras devolutas e incultas, acreditando por isso que seriam os trabalhadores estrangeiros a melhor solução para o desenvolvimento econômico local.

Grosselli (2008, p. 127) em outra pesquisa realizada no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo cita a fala do Presidente da Província, M. J. de Menezes Prado em 1874, ano da chegada dos primeiros camponeses trentinos (vênetos e lombardos):

A falta de vias de comunicação constitui, na minha opinião, a mais premente necessidade de que sofre esta província: e creio que o meu modo de pensar seja compartilhado por todos os espírito-santenses.

Quem se aventurava nas florestas espírito-santenses, para tomar posse de terrenos de colônia ou para oferecer sua força de trabalho aos grandes proprietários de terras, devia estar decidido a viver em um grande deserto, do qual os centros habitados mais próximos distavam de dezenas de quilômetros e no qual as comunicações entre estes eram no mínimo desanimadoras. Ocupação do território, imigração, aumento da produção do café e construção de uma rede de comunicação que abrisse a floresta e permitisse a confluência de pessoas e levasse ao mar o excesso de produção, são a outra face da mesma moeda (GROSSELLI, 2008, p. 128).

De fato, foi relevante o acréscimo demográfico proveniente da imigração nesse período. Para exemplificar, encontra-se em Campos

Júnior (1996, p. 87) dados interessantes sobre a colônia de Santa Leopoldina. Enquanto em 1857 ela foi fundada com 140 habitantes suíços, em

Ano	Número de habitantes em Santa Leopoldina
1857	140
1870	2.000
1872	5.000
1884	11.000

Quadro 1 – crescimento da população em Santa Leopoldina. Fonte: Campos Júnior (1996, p. 87). Nota: Dados adaptados pela autora.

1870 já possuía o contingente humano de 2.000 indivíduos, sem que houvesse ocorrido ainda no Estado o processo maciço de imigração. Em mais dois anos apenas, a população passou para 5.000 habitantes e na década seguinte, precisamente em 1884, Santa Leopoldina já possuía 11.000 habitantes, conforme melhor visualizado no Quadro 1.

As pequenas colônias contribuíram para a importância produtiva e para a ocupação da região central. No início de suas fundações, por volta de 1850, eram consideradas apenas áreas produtivas circunvizinhas à Vitória, porém a partir de 1872 com o aumento substancial da imigração, tornaram-se partes significativas da região central do Estado.

Em contrapartida, somente no ano de 1881 foi que a Província de Vitória recebeu a ancoragem do primeiro grande navio estrangeiro e o crescimento na movimentação de cargas no porto só ocorreu após cinco anos (GROSSELLI, 2008, p. 130). Além do atraso em relação às outras regiões do país, principalmente quanto às fortes

economias cafeeiras do Rio de Janeiro e de São Paulo, o Espírito Santo também demonstrava tardança na criação de uma rede ferroviária, o que só foi iniciado com a propagação do cultivo do café: “Se no Brasil a ferrovia surgiu em 1854, no Espírito Santo o primeiro breve trecho ferroviário foi concluído em 1886. Tratava-se da Ferrovia Caravelas, que ligava Cachoeiro de Itapemirim a Alegre” (GROSSELLI, 2008, p. 131). Sendo importante destacar que tanto para a ferrovia realizada em 1886, quanto para as sucessivas, a iniciativa foi deixada a grupos privados que receberam ajudas e facilidades por parte do poder público.

A significação do café no processo

Bittencourt (1987, p. 17 e 18) explica que apesar da crença generalizada de que a origem do café é arábica, e por isso até denominado na classificação binária das plantas como *coffea arabica*, pesquisas demonstram que é mais provável que tenha sido originado no reino de Abissínia (atual Etiópia), expandindo-se depois do séc. XIII para o Iêmen e demais regiões da Península Arábica e em sequência para os países do Oriente e do Ocidente, sendo sua lavoura aclimatada na Ásia, na Indonésia, nas Américas e na África tropical. A divulgação da bebida tornou-se maior com a propagação dos “cafés” da Itália, França, Inglaterra, Alemanha, Áustria e outros países europeus.

Mesmo com a variedade de versões sobre como foi o surgimento do café e de como foi a sua introdução no Brasil, é indiscutível o papel que os pioneiros tiveram na sua propagação na Colônia, nas mais diversas províncias de Norte a Sul até chegar ao Rio de Janeiro, de onde ocorreu a gran-

de explosão dessa cultura agrícola estendendo-se pelo Vale do Paraíba chegando a Minas Gerais, ao Espírito Santo e em São Paulo.

Bittencourt (1987, p. 18) também ressalta que quando chegou ao Rio de Janeiro, o café dinamizou a economia brasileira, tendo desempenho superior a todas as atividades precedentes realizadas no Estado, de modo que no período da mudança do regime de Império para República, o território fluminense já era um imenso cafezal, devendo existir uma produção de aproximadamente 1.000.000 de pés da planta. Foi desse fato que originou o termo “febre do café”, quando esse ao ganhar o Vale do Paraíba, formou os “oceanos de cafezais” que impressionavam aos que viam as paisagens. Também foi a partir daí que apareceu uma nova classe agrícola: a dos grandes barões do café, com alguns chegando a possuir mais de 6.000 escravos, em dezenas de fazendas diferentes e que chegavam até a ter estradas e portos próprios para escoamento de produções milionárias.

Foi assim, sob a hegemonia do Rio de Janeiro que o café irradiou-se como uma “mancha de óleo” para os vales e encostas do Espírito Santo no séc. XIX, reorganizando a economia capixaba em função da dinâmica da lavoura do café. Rocha (1998, p. 40) diz que em inicialmente, o café foi plantado em todas as regiões, mas, já na década de 1870, verifica-se a concentração de sua produção nas regiões da capital e no sul, particularmente no município de Cachoeiro de Itapemirim, onde a marcha de expansão aumentou consideravelmente o número de escravos. Já a região da capital não conseguiu atrair grande fluxo de escravos da mesma forma e assim, buscou na imigração europeia a solução para ampliar a população e a lavoura cafeeira. No período de 1870

a 1920, um número expressivo de imigrantes foi introduzido no Estado, sendo majoritariamente direcionado para a região montanhosa central, que era área de influência da capital.

Campos Júnior (1996, p. 84 e 85) identifica no Espírito Santo três períodos referenciais dessa ocupação territorial, em decorrência do crescimento da lavoura cafeeira:

Primeiro, a *ocupação interiorana no sul (1856-1872)*, caracterizada pela formação das fazendas ao redor de Cachoeiro de Itapemirim provenientes da chegada dos cafeeiros fluminenses e mineiros, que em maioria trouxeram a força de trabalho escrava para a realização do empreendimento. A população total do Estado que era de 49.092 pessoas em 1856, passou para 81.889 em 1872. Destes, 22.552 eram de escravos negros.

Para se compreender o crescimento do período, o autor demonstra em sua obra que em 1856 as exportações capixabas de café foram da ordem de 196.964 arrobas. No ano de 1872 alcançaram mais que o dobro: 432.414 arrobas, e em 1891 atingiram a marca de 1.250.838 arrobas, ou seja, quase o triplo das exportações em menos de 20 anos. Até 1897, as exportações cafeeiras continuaram crescendo, alcançando o número de 2.448.008 arrobas. Em seguida, ocorreram declínios provenientes da queda nos preços do produto no mercado externo. Essa instabilidade perdurou até o final da primeira década do séc. XX, quando as exportações voltaram a crescer de maneira mais estável.

Segundo, a *imigração europeia (1872-1888)*, que buscou ocupar as terras altas da região central, tendo o exemplo da colônia de Santa Leopoldina como referência desse período e que tem rica narração do processo de desenvolvimento

de sua colonização na terceira parte da obra de Grosselli (2008, p. 199 a 234).

E terceiro, *a segunda fase da imigração europeia, essencialmente italiana (após 1888)*. Trata-se de um período importante, pois a população no Estado quase dobrou, passando de pouco mais de 100.000 habitantes em 1890, para 209.000 em 1900. Da mesma forma que elevou o contingente da força de trabalho livre, a imigração promoveu a ocupação territorial e provocou significativo aumento da produção cafeeira.

Constata-se assim, que houve no Espírito Santo uma explícita política de colonização que conferia à vinda dos imigrantes o papel de aumentar o contingente populacional, promover a ocupação territorial e expandir as potencialidades produtivas locais. Porém, destaca-se um fato: Campos Júnior (1996, p. 79) realizando um comparativo com a situação em São Paulo, chama atenção para a passividade política do fazendeiro capixaba, que permitiu a condução dos rumos da imigração pelo governo do Estado, não fazendo nenhuma interferência no processo. Entende-se então, que enquanto nos grandes centros brasileiros havia fortes discussões da questão imigrantista como forma de substituição da força de trabalho escrava, no Espírito Santo havia indiferença pelo fazendeiro local.

Bittencourt (1987, p. 28 e 29) explica que desde o início do processo, os investimentos nas técnicas de produção apresentavam-se bastante deficientes com métodos empíricos e utilizando instrumentos rústicos. Na escolha do terreno para o plantio não havia nenhum critério de seleção racional para a implantação da cultura, nem mesmo em relação à altitude ou outro fator que fosse de importância para a produção. Predomi-

nava o hábito da escolha de local onde houvesse área com floresta virgem, para que após a derrubada e queimada as mudas ou sementes fossem plantadas sem quaisquer tratamentos prévios, exames de solo, fertilizantes ou adubos.

Mas, mesmo com a precariedade das técnicas de plantio, o café proporcionou a penetração contínua no solo virgem do Espírito Santo com extensas plantações, sobretudo em Cachoeiro de Itapemirim, adensando as populações rurais, instalando novas cidades ao longo dos cursos dos rios e ocupando as serras da região central. Também segundo Bittencourt (1987, p. 29 e 30), com o passar dos anos, os agricultores compreenderam que nem todos os terrenos eram apropriados à cafeicultura e nesses locais, muitos retornaram à plantação da lavoura tradicional, como exemplo, em São Mateus ao Norte, e Itapemirim ao Sul, onde secularmente se produziam respectivamente: farinha de mandioca e açúcar.

Iniciou-se uma nova e importante era para a economia capixaba: a Província cujas rendas dependiam essencialmente da agricultura começou a registrar os primeiros superávits orçamentários. Porém, a dificuldade da obtenção da mão de obra colocava-se como outro grande problema ao desenvolvimento da cafeicultura, já que a situação econômica da Província que era secularmente estagnada não conseguia atrair com facilidade um nível adequado de crescimento da população, e em paralelo o advento do café coincidiu com o agravamento da falta de mão de obra gerado pela proibição do tráfico de africanos (Lei Eusébio de Queiróz em 1850).

O aumento da procura por mão de obra escrava e a escassez na sua oferta inflacionaram o preço desse tipo de trabalhador tornando inviá-

vel a sua aquisição pelos pequenos agricultores e minimizando o lucro dos grandes proprietários de terras. Assim, Bittencourt (1987, p. 31) explica que a quase inexistência de uma oferta interna efetiva de mão de obra livre tornou a imigração a mais importante via para a solução deste problema além do fato da produção escravagista ser incompatível com a estrutura do capitalismo, pois conforme ressalta o autor:

a condição essencial para o desenvolvimento do capitalismo é que os trabalhadores, despojados de todos os meios de produção, possam oferecer livremente no mercado tudo que lhes resta: sua força de trabalho.

Nota-se então, que a partir da década de 1870, o governo passou a subvencionar com maior expressão a vinda dos imigrantes, tanto em níveis do Poder Central como do Poder da Província, e que esses trabalhadores livres passaram a demonstrar que sua produtividade era maior que as do trabalhador escravo, que tinha seu trabalho subjugado às ameaças do chicote e do tronco. Bittencourt (1987, p. 35) diz que pela primeira vez a dinâmica econômica agrícola passou a atrair grandes contingentes populacionais para as terras capixabas, que por meio de companhias organizadas de colonização buscava na Europa milhares de imigrantes - principalmente italianos e alemães - que fundaram muitos dos atuais municípios do Estado.

O café trouxe para o Espírito Santo milhares de imigrantes europeus e cidadãos de outras Províncias brasileiras, possibilitando com o crescimento econômico por meio das exportações, a construção de estradas e ferrovias: O Estado de

hoje nasceu com o surgimento do café em seus campos (GROSSELLI, 2008, p. 121).

A concepção das pequenas propriedades rurais

Martins (1973, p. 51) reflete que com a promulgação da Lei Eusébio de Queiróz, que proibia o tráfico negreiro, passou a ser mais evidente a necessidade de uma política de imigração que constituísse um mercado de mão de obra que fizesse do trabalho livre um fator de produção economicamente aceitável pela grande lavoura. Assim, fazia-se necessária a introdução de imigrantes no país em número expressivo e com características específicas que produzissem uma intensa oferta da força de trabalho.

Continuando sua análise, Martins diz que apenas suspender a política de colonização e manter a de imigração não seria o suficiente para transformar o imigrante em força de trabalho disponível para a grande lavoura, pois o regime vigente de ocupação das terras possibilitava que ele se transformasse em um proprietário e não em assalariado. Assim, a junção dos fatores: extinção do tráfico negreiro e mão de obra imigrante culminaram na chamada Lei de Terras (Lei nº 601) promulgada no ano de 1850. A Lei regulava o modo de ocupação das terras devolutas, promovendo a legitimação das que já haviam sido ocupadas e proibindo a aquisição por outra forma que não fosse o de compra. Além disso, permitia ao Governo promover anualmente, à custa do Tesouro, a imigração de certo número de colonos livres e fundar colônias para sua alocação nos locais que julgasse mais convenientes. Logo,

além de transformar a terra em equivalente de mercadoria, a Lei condicionava o surgimento de novos proprietários à posse prévia de capital. E como a maioria dos imigrantes não tinha recursos suficientes para pagar o preço da terra, nem conhecimento suficiente para resolver os embaraços a que estavam envolvidas essas compras, os imigrantes (principalmente em São Paulo) não tiveram alternativa que não fosse o trabalho na grande propriedade.

Para melhor compreensão do processo, recorda-se que desde o descobrimento até o período colonial, a solução encontrada pela Coroa portuguesa para manter o domínio da colônia brasileira foi dividi-la e doar glebas aos donatários, concedendo-lhes poderes a fim de que desenvolvesse no novo território alguma atividade produtiva. Desse modo, Nozoe (2005) explica que o sistema fundiário brasileiro até 1850 ainda tinha como herança o sistema de capitânias hereditárias e das sesmarias, assim a Lei das Terras buscou legitimar a posse por parte de quem as ocupava e decretou a devolução ao poder público de todas as demais que haviam sido doadas em sesmarias, mas que não tinham sido cultivadas (daí o termo *devolutas*), passando a pertencerem ao patrimônio público.

Segundo Campos Júnior (1996, p. 50), a Lei que só foi regulamentada em 1854 criou um mecanismo de seleção ao acesso a terra, pois comprovada a necessidade de substituição do escravo como força de trabalho, a imigração de colonos para substituir o trabalho compulsório foi a solução encontrada, porém surgiu aí um problema que acarretou alguns entraves entre o setor produtivo e os bancos, já que os primeiros queriam utilizar uma mão de obra que desse con-

tinuidade ao processo de exploração do trabalho (pois era dessa forma que garantiam os lucros), enquanto os segundos queriam a mercadoria produzida e também pretendiam criar um outro elemento de hipoteca que garantisse o seu capital investido na produção. A solução encontrada foi aceitar o trabalho livre do imigrante, porém a terra passava a ser o elemento de hipoteca, sendo necessário dessa forma, que ela fosse adquirida por preço satisfatório, e isso, em princípio, só poderia ser alcançado se criassem a sua escassez.

Entende-se então a partir dessa informação, que enquanto a terra era livre e o trabalho compulsório, o escravo era a renda capitalizada e hipoteca como garantia de empréstimos, e quando o trabalho passou a ser livre e a terra restrita, esta passou a ser a reserva de valor no sistema capitalista do Império.

Na obra de Campos Júnior (1996, p. 50 e 51) observa-se que em São Paulo, a proposta defendida pelos bancos foi a de transformar os imigrantes em pequenos proprietários para assim criar uma demanda pela terra que elevasse seu preço e valor hipotecário em substituição ao escravo negro. Porém, os fazendeiros não aceitaram a ideia, pois ela ameaçava a manutenção do sistema produtivo cafeicultor baseado no latifúndio que poderia ficar sem mão de obra. Como contraproposta, preconizaram a valorização do trabalho, de maneira que cada imigrante só passaria a ter posse de sua pequena propriedade após ter trabalhado na fazenda e juntado algumas economias, para então adquiri-la. Assim, desejando obter êxito com a política de imigração, esta foi realizada primeiro por intermédio da criação de colônias oficiais, que serviram como modelo de atração para os imigrantes:

Praticamente todos os núcleos coloniais desse período, estabelecidos no Sul e no Sudeste, foram-no sob essa inspiração, como garantia exterior de que na estrutura da sociedade brasileira abria-se lugar para uma camada de pequenos proprietários prósperos, conservadoramente comprometidos com o princípio da propriedade privada e do trabalho familiar autônomo (MARTINS, 1980, apud CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 52).

Quando o colono se estabeleceu, principalmente nas fazendas paulistas, recebia pagamento fixo pelo trato do cafezal e pagamento proporcional pela quantidade de café colhido. O cultivo de subsistência, por meio das lavouras brancas intercaladas ao café, na prática da relação de trabalho familiar (muitas vezes utilizando os domingos e feriados), gerava um excedente comercializável que supria o que o salário não proporcionava.

Campos Júnior (1996, p. 94) explica que ao contrário do que ocorreu em São Paulo, os imigrantes que se fixaram no Espírito Santo, em grande maioria, não se estabeleceram em regime de colonato, e sim, receberam do governo local títulos de propriedades de terras, cultivando geralmente apenas um sexto da sua propriedade e deixando o restante em mata. O café em razão da maior lucratividade que proporcionava na exportação, era a mais importante atividade econômica do colono, e o milho apresentava-se como o suporte comercial do sítio, no período de entressafra do café garantindo a manutenção do seu estabelecimento. O excedente das colheitas de alimentos era vendido na praça comercial mais próxima, e o café, ao dono do armazém,

onde faziam as compras. Essas colônias vinham atender principalmente a necessidade de ocupação do solo e número de habitantes na Província, predominando por isso a localização destas na região montanhosa central que ainda não era povoada.

Campos Júnior (1996, p. 97) diz que para cada família de imigrantes que chegava no Estado, o governo cedia uma parcela de terra em média com 25 hectares para que dela tirasse o sustento da família e procedesse ao povoamento das áreas não cultivadas. Os resultados que obtinham com a venda do café constituíam lucros extras, pois necessitavam de pouco para sobreviver, além daquilo que produziam nas suas terras. Porém, o pequeno proprietário imigrante no Espírito Santo, diferente do fazendeiro paulista, apesar de aparentemente menos explorado, não conseguia reter excedentes em suas mãos, senão o indispensável para a sua reprodução, pois o próprio tamanho do estabelecimento dificilmente geraria excedente nas mesmas proporções que nos latifúndios paulistas, como exemplificado na transcrição do depoimento de Aldir Cesatti no livro “Lembranças Camponesas”:

Eles contava [avós maternos e paternos] que nos primero tempo aqui a situaçon foi difíci. O Governo deu essas terá, mais quando entrava nas terá, por exemplo, uma família pegava o moro ali. Entón um era dono da vertente pra cá. Otro era dono da vertente pra lá. E diz eles que foi muito difíci. Precisava ficá derrubando mata, quemando, plantando dentro das mata... dentro daquelas pausama, e foi difíci até eles conseguí alguma coisa. Costumado lá fora, e aqui nem animal, nem estrada non tinha, caregando tudo nas cos-

ta. Você imagina há 50 anos passado, isso aqui. Aqui era só picada. E olha que eu já cheguei aqui com 9 ano. Imagina meu avô quando foi lá pra Alfredo Chave... Aí pros lado de São Paulo de Aracê era tudo umas picada pelo meio dos mato. Aqui só tinha uma abertazinha e meu pai veio como colono contratista. Panhê por 6 ano pra trabalhá. Era uma abertazinha de um meio alqueire, foi meu pai que abriu tudo isso aqui (LAZARRO; COUTINHO e FRANCESCETTO, 1992, p. 68).

Assim, Campos Júnior (1996, p. 101) conclui que não havia a possibilidade de ter ocorrido concentração de excedente na esfera da produção no Espírito Santo e prossegue seu raciocínio exemplificando o fato por meio de números de produção dos dois Estados:

(...) Uma indicação que ilustra o que foi dito é a seguinte: enquanto a produção de todo o Espírito Santo no ano de 1900 representou 2,19% da produção nacional, a de São Paulo correspondeu a 63,06%. E, considerando o período de 1900 a 1967, a produção capixaba nunca chegou a representar mais do que 10% da produção do país. Esse raciocínio conduz a uma das formas para explicar a modesta urbanização de Vitória, mesmo sem grandes empreendimentos ligados às atividades comerciais. E, por sua vez, isto está relacionado ao grau de oportunidades criadas nas cidades para os investimentos urbanos.

O trabalho familiar dominava o cultivo das terras e o imigrante europeu desconhecia o assalariamento. Geralmente como tinham poucos recursos em sua pátria, não possuíam nenhum capital, nem a prática comercial:

O colono é um sitiante que tem de executar todos os trabalhos, contando, apenas, com o auxílio de pessoas da família; quando esta não pode levar a cabo a tarefa, recorre ele à ajuda dos vizinhos. Quase nunca lança mão de braços assalariados (WAGEMANN, 1949, apud CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 96).

Campos Júnior (1996, p. 96 e 97), apoiando-se nas descrições de Ernst Wageman, relata que nas regiões colonizadas pelos imigrantes, cada um era senhor de si mesmo. Salvo as possíveis diferenças de fertilidade das terras, todos possuíam iguais recursos materiais para desenvolverem suas capacidades de trabalho. O colono era tido como possuidor de grande potencial de trabalho: nas derrubadas, nas construções das casas e abertura de caminhos, e executor de tarefa com destacável rapidez:

O dia de trabalho começava às sete; no inverno despertava às seis; no verão às cinco. Trabalhava até as onze e meia, pausando para a refeição do almoço; recomeçava às quatorze, continuando até o escurecer, por volta das dezoito horas no inverno e prolongando um pouco mais quando no verão. Algumas vezes trabalhava também à noite, confeccionando cestos e peneiras; deitando-se por volta das vinte e uma horas. Mas, essa rigidez aparente era quebrada quando da sua vontade, pois era possuidor de ampla liberdade.

A exceção desse modo de fixação do imigrante no Espírito Santo ocorreu quase que exclusivamente nas grandes fazendas de café na região de Cachoeiro de Itapemirim (no sul), pois com a abolição da escravatura, a estrutura pro-

ductiva no Estado, que estava baseada na grande propriedade não conseguiu se reerguer e a solução buscada pelo governo local foi a de criar uma política própria de imigração.

Campos Júnior (1998, p. 167) explica que como as receitas públicas do Estado estavam em crescimento devido ao aumento da produção; ao preço internacional do café que estava atraente; e aos recursos dos impostos provenientes das exportações; o Espírito Santo teve um aumento cinco vezes maior do que as receitas de períodos anteriores. Como resultado, em apenas quatro anos (de 1892 a 1896) o governo local trouxe para terras capixabas a mesma quantidade de imigrantes que o governo central havia trazido para a província em trinta e quatro anos.

Saletto (1985, apud Campos Júnior, 1998, p. 167) narra que para atrair o imigrante ao trabalho nas grandes propriedades de café no sul do Estado, os fazendeiros tiveram que oferecer vantagens, uma vez que no Espírito Santo o imigrante teve condições de escolher entre fixar-se nas colônias do governo, dando-lhe a possibilidade de ser um pequeno proprietário (mesmo que em local de difícil acesso e depois de muitos anos de produção) ou de trabalhar na grande propriedade. Esse fato o leva a conjecturar que as condições oferecidas ao imigrante conduzido para o Espírito Santo foram melhores que as oferecidas ao imigrante que foi para São Paulo, pois existem registros que apontam para esse pensamento: "... por causa da falta de mão-de-obra [sic] os fazendeiros foram 'forçados' a oferecer a meação em condições muito mais favoráveis ao trabalhador do que nas outras regiões do país".

Também se encontra no mesmo artigo, a informação de que no Espírito Santo o imigran-

te foi parceiro do fazendeiro, recebendo até um percentual sobre o café vendido, e que tinham a autorização de cultivar lavoura branca (arroz, milho, hortaliças, e outros) nas "ruas" de café, ficando com toda a produção. Todas essas condições diminuíram o tempo de permanência do imigrante na grande propriedade, tanto porque permitia que acumulassem recursos com mais facilidade, como também porque no Estado a terra era mais barata que em São Paulo. Desse modo, todas essas informações permitem supor que são indícios de fatores que permitiram a formação de uma cultura do trabalho específica e diferenciada dos imigrantes italianos e de seus descendentes no Espírito Santo.

Conforme ressalta Vasconcellos (2012, p. 27) é importante deixar esclarecido que a referência não significa uma defesa da superioridade cultural europeia. Apenas busca-se refletir que enquanto a escravidão humilha e sacrifica o trabalhador, o trabalho familiar juntamente com o elemento da religião criou uma instituição imaginária onde o trabalho ocupou lugar de relevância na vida dos imigrantes:

Queremos com isso dizer que no Espírito Santo foi forjada uma cultura do trabalho, mesmo que baseada na ética católica, ao contrário de algumas teses clássicas como a de Max Weber, aplicável em outros espaços. Essa cultura do trabalho é nosso elemento diferenciador e faz de frações importantes do estado diferente de outros que ficaram ainda apegados a uma lógica mais tradicional.

Campos Júnior (1998, p. 168) diz que ao mesmo tempo em que o fazendeiro precisava ofere-

cer vantagens para que o imigrante optasse por trabalhar em suas terras em vez de ir para as colônias criadas pelo governo local, ele arriscava tornar inviável a sua propriedade, pois reduzia a sua margem de lucro. Por isso, quando aconteceu a crise da lavoura cafeeira em 1897 (em virtude da queda do preço do produto nos mercados internacionais) verificou-se no Espírito Santo a falência de muitas fazendas, que acabaram por serem divididas em lotes e colocadas à venda, o que deu ao imigrante mais uma possibilidade de acesso a terra. Os lotes eram vendidos por preços baixos e a prazo, aceitando-se como pagamento o café produzido, o que permitiu que um grande número de pequenos proprietários direcionasse sua produção para os vendedores de lotes, que passaram a serem grandes comerciantes de café ou atravessadores. Essas atividades constituíram relações que promoveram uma nova estruturação produtiva predominante no Estado, baseada na subordinação da produção ao comércio, que possibilitou de forma definitiva e duradoura as estruturas das pequenas propriedades no Espírito Santo.

Considerações finais

O Espírito Santo desde o início de sua colonização em 1535 caracterizou-se como uma capitania pobre. Os historiadores em geral afirmam que o donatário Vasco Fernandes Coutinho tinha poucos recursos financeiros e que a população nativa (índios botocudos e aimorés) era uma das mais bravias do Brasil Colônia na defesa pela posse de suas terras, o que deu muito trabalho à ocupação territorial. A agricultura de exportação

só teve sua perspectiva alterada quando o café ganhou forte expressão econômica no panorama local, sendo até então a Capitania do Espírito Santo transformada em posto militar de proteção às Minas Gerais, numa terra despovoada e com um quadro econômico atrofiado.

Em paralelo, o advento do café coincidiu com o agravamento da falta de mão de obra gerado pela proibição do tráfico de africanos (Lei Eusébio de Queiróz em 1850). O aumento da procura por mão de obra escrava e a escassez na sua oferta, inflacionou o preço desse tipo de trabalhador tornando inviável a sua aquisição pelos pequenos agricultores e minimizando o lucro dos grandes proprietários de terras. Assim, a quase inexistência de uma oferta interna efetiva de mão de obra livre tornou a imigração a mais importante via para a solução deste problema além do fato da produção escravagista ser incompatível com a estrutura do capitalismo, pois

a condição essencial para o desenvolvimento do capitalismo é que os trabalhadores, despojados de todos os meios de produção, possam oferecer livremente no mercado tudo que lhes resta: sua força de trabalho (BITTENCOURT, 1987, p. 35).

Constata-se então, que partir da década de 1870, o governo passou a subvencionar com maior expressão a vinda dos imigrantes, tanto em níveis do Poder Central como do Poder da Província, e que esses trabalhadores livres passaram a demonstrar que sua produtividade era maior que as do trabalhador escravo, que tinha seu trabalho subjugado às ameaças do chicote e do tronco. Pela primeira vez a dinâmica eco-

nômica agrícola passou a atrair grandes contingentes populacionais para as terras capixabas, que por meio de companhias organizadas de colonização, buscava na Europa milhares de imigrantes - principalmente italianos e alemães - que fundaram muitos dos atuais municípios do Estado.

A questão que preocupava os grandes latifundiários e o Estado era: se os escravos fossem livres e pudessem ocupar as terras, quem iria trabalhar para os fazendeiros? E da mesma forma se pensava em relação aos imigrantes europeus, pois sendo juridicamente livres, se chegassem ao país e ainda existisse o sistema de liberdade de ocupação da terra, quais estímulos teriam para trabalhar na grande lavoura? Por isso, que praticamente na mesma ocasião em que se proibiu o tráfico negreiro em 1850, também se aprovou a Lei de Terras, estabelecendo que a terra não poderia ser ocupada por outro meio que não fosse o de compra. Dessa forma, o imigrante só poderia se tornar proprietário de terra e ascender socialmente, se trabalhasse antes para os grandes fazendeiros ou governos locais. E era isso que Antônio da Silva Prado, Ministro da Agricultura, queria dizer quando afirmou no Senado em 1888 que o imigrante poderia se tornar proprietário se fosse morigerado, sóbrio e laborioso, ou seja, trabalhar para os outros era uma condição para que mais tarde o imigrante pudesse trabalhar para si mesmo.

Assim, entende-se que os núcleos coloniais como os do Espírito Santo e dos estados do Sul, também foram vitrinas propositalmente organizadas para demonstrar que tornar-se proprietário era uma possibilidade, pois os imigrantes enviados a esses núcleos passaram longos anos

pagando pela terra recebida do Governo, sendo que muitos não conseguiram e tiveram as mesmas terras transferidas para outros colonos. Somente com a crise do café é que antigos colonos tiveram a possibilidade de comprar sítios que haviam perdido a função econômica e cujo preço de mercadoria caíra.

Martins (2003, p. 69) faz refletir que em relação ao longo período que antecede a chegada do imigrante, as palavras que dominam na narrativa histórica nacional são as palavras deserto no lugar de cultura (inclusive de agricultura), devoluta no lugar de propriedade, contemplação no lugar de produção, abandono no lugar de povoamento, decadência no lugar de progresso. A partir da chegada do imigrante, a história passa a ser explicada então pela inversão desse vocabulário, pela mudança da ênfase da palavra negativa e, por isso, enfatiza na descrição da história anterior a esse momento, para a palavra positiva. Por meio de um jogo de palavras e de ênfases negativas e positivas o sentido da história se revela como atributo de pessoas: as que padecem a história e as que fazem a história.

O que Martins busca destacar é que o país passava por um processo de constantes mudanças e que a chegada desses imigrantes é fruto de um projeto muito mais articulado e amplo de progresso da nação, sendo que esses imigrantes eram os instrumentos de mão de obra necessários na continuidade do projeto. Grosselli (2008, p. 499) faz-nos lembrar do espírito devotado ao cultivo das terras que os camponeses europeus demonstraram, como resultado da vontade de livrar-se da situação econômica miserável e de proporcionar aos descendentes um futuro mais tranquilo como proprietários.

Ressalta ainda, que o imigrante trouxe para o país um novo modo de ser, pois um dos apoios centrais de sua cultura era a ética do trabalho: “compreendido não apenas como necessidade, mas como método de auto-realização [sic], como um valor em si que se coligava à sua fome atávica de terra e ao seu medo da fome e das dificuldades” (GROSSELLI, 2008, p. 361). Concluindo que o cultivo do café em terras brasileiras foi o meio pelo qual ele expressou seu desejo de crescimento, não tanto na escala social, mas na das necessidades.

Dessa forma, entende-se que a imigração estrangeira para o Brasil e especificamente para o Espírito Santo estava apoiada simbolicamente na possibilidade de ascensão do trabalhador à condição de proprietário da terra. Pois, o sistema de escravismo causou um descompasso entre a

reprodução da força de trabalho e a expansão do sistema econômico que conduziu ao estrangulamento da economia colonial exigindo a criação de um mercado de trabalho que atendesse aos interesses capitalistas em desenvolvimento.

Referências

- BITTENCOURT, Gabriel. *Café e modernização: o Espírito Santo no século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1987.
- CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. *O novo Arrabalde*. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.
- BITTENCOURT, Gabriel. Imigração italiana e a constituição da pequena propriedade no Espírito Santo. In: CASTIGLIONI, Aurélio H. (Org.). *Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora*. Vitória: EDUFES, 1998.
- COSTA, Maria Cida da; et al. *Correntes imigratórias no Espírito Santo: alemães, italianos e libaneses; uma visão didática para o ensino fundamental e médio*. Vitória: EDUFES, 1999.
- DERENZI, Luiz Serafim. *Os italianos no Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: 1974. ESPÍRITO SANTO (Estado). *Bandeira*. [s.d.]. Dis-

ponível em <http://www.es.gov.br/site/espírito_santo/bandeira.aspx>. Acesso em: 23 mai. 2011.

FRANCO, S. P. Estrutura conjuntural do Espírito Santo na época da migração: século XIX e início do século XX. In: CASTIGLIONI, Aurélio H. (Org.). *Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora*. Vitória: EDUFES, 1998.

GOMES, Laurentino. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007. 6ª reimpressão.

GROSSELLI, Renzo M. *Colônias imperiais na terra do café: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

LAZZARRO, Agostino; COUTINHO, Gleci Avancini; FRANCESCETTO, Cilmar. *Lembranças camponesas: a tradição oral dos descendentes de italianos em Venda Nova do Imigrante*. Vitória: [s.n.], 1992.

MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3ª ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

ROCHA, H. C. Formação econômica do Espírito Santo e sua lógica empresarial. In: VASCONCELLOS, J. G. M.; DAVEL, E. P. B., organizadores. *Inovações organizacionais e relações de trabalho: ensaios sobre o Espírito Santo*. Vitória: EDUFES, 1998, vol. 17.

SALLES, Flavia. *Ética católica e cultura do trabalho: uma reflexão sobre a imigração italiana no Estado do Espírito Santo*. 2011.105 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós Graduação em Administração, Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.

SANTOS, E. F. dos. Vias de comunicação, conquista territorial e colonização estrangeira no Espírito Santo do séc. XIX: a gênese do pensamento político capixaba. *Dimensões – Revista de História da UFES*, nº17, 2005. Disponível em <<http://www.ufes.br/ppghis/dimensoes/index.php?id=dimensoes-17>>. Acesso em: 05 jun. 2010.

NOZOE, Nelson. *Sesmarias e apossamento de terras no Brasil colônia*. In: XXXIII Encontro Nacional de Economia – ANPEC. Natal, 2005. Disponível em <http://blig.ig.com.br/estudoscoloniais/files/2009/.../artigo_-_nelson-nozoe-pdf.pdf> Acesso em: 27 jun. 2010.

VASCONCELLOS, J. G. M. A construção do elemento sócio-histórico na cultura das empresas capixabas, *RIGS – Revista Interdisciplinar de Gestão Social*. Online. Ano 1, v.1, n. 2, p. 13-33, 2012. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/rigs/article/view/10060>> Acesso em: 13 jun. 2016.

Recebido em: 24.11.2016 - Aprovado em: 20.01.2017

